



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA AGRÁRIA DA AMAZÔNIA  
CONTEMPORÂNEA

VÂNIA MARIA CARVALHO DE SOUSA

**TERRA DE QUILOMBO EM REGIÃO  
METROPOLITANA: Impactos sociais na comunidade de  
Abacatal, Pará**

Ananindeua - PA  
2018

VÂNIA MARIA CARVALHO DE SOUSA

**TERRA DE QUILOMBO EM REGIÃO METROPOLITANA: Impactos sociais  
na comunidade de Abacatal, Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Ensino de História apresentado à Universidade Federal do Pará como requisito final para obtenção do título de Especialista em História Agrária na Amazônia Contemporânea, sob orientação do Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes.

Ananindeua - PA  
2018

VÂNIA MARIA CARVALHO DE SOUSA

**TERRA DE QUILOMBO EM REGIÃO METROPOLITANA:** Impactos sociais na comunidade de Abacatal, Pará

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Ensino de História apresentado à Universidade Federal do Pará como requisito final para obtenção do título de Especialista em História Agrária da Amazônia Contemporânea, sob orientação do Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes.

Conceito:

Data da defesa: 05/ 12 /2018

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes  
Universidade Federal do Pará  
Orientador

---

Prof. Msc Roberval Amaral Neto  
Instituto Federal do Maranhão  
Avaliador

---

Prof. Msc Bruno de Souza Silva  
UNIASSELVI  
Avaliador

Ananindeua - PA  
2018

**TERRA DE QUILOMBO EM REGIÃO METROPOLITANA: Impactos sociais na comunidade de Abacatal, Pará**

**QUILOMBO LAND IN METROPOLITAN REGION: Impacts in the community of Abacatal, in Pará**

**Vânia Maria Carvalho de Sousa<sup>1</sup>**

**RESUMO**

Este trabalho, está situado no contexto da Amazônia, especificamente na região metropolitana de Belém. Pretendo discutir sobre a efetividade das relações de poder em um contexto bastante conflitivo na comunidade quilombola de Abacatal, distante a 8 km do Centro de Ananindeua. A complexidade se dá pelo uso da terra, não somente pelos moradores, mas também por empresas nacionais e multinacionais que desde algum tempo vem interferindo na vida da comunidade. Ao falar sobre a comunidade quilombola estamos nos referindo não somente ao direito da territorialidade, que é um direito social, mas contempla também os direitos ambientais que são ofuscados por grandes empreendimentos que fere a existência da humanidade no seu conjunto. Desta forma, apresentaremos dados bastantes contundentes sobre os impactos que ora estão sendo ocasionados na comunidade, provenientes de projetos que estão sendo pensado e executados sem consulta prévia, como por exemplo o gasoduto, alça viária, linhão e a ferrovia paraense.

**Palavras-chave:** Comunidade quilombola. Territorialidade. Identidade. Cultura. Impactos sociais.

**ABSTRACT**

This work is located in the context of Amazonia, specifically in the metropolitan region of Belém. It intends to discuss the effectiveness of power relations in a very conflictive context in the Quilombola community of Abacatal, 8 km away from the center of Ananindeua. The complexity is due to the use of land, not only by the residents, but also by national and multinational companies that have been interfering in the life of the community for some time. In speaking about the Quilombola community we are referring not only to the right of territoriality, which is a social right, but also contemplates the environmental rights that are overshadowed by great undertakings that hurt the existence of humankind as a whole. In this way, we will present fairly strong data on the impacts that are currently being caused in the community, coming from projects that are being considered and executed without prior consultation, such as the gas pipeline, the roadway, the Linhão and the Parana railroad.

**Keywords:** Quilombola community. Territorialidade. Identity. Culture. Socialimpacts.

<sup>1</sup> Graduada em licenciatura em História (2004), aluna do Curso de Especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea da UFPA.

## 1 CONHECENDO O ABACATAL

Desde o ano de 2004, período em que cursei a Graduação em História, tenho feito pesquisas sobre religiões de matriz africana.<sup>2</sup> Voltado a esse tema, sobre religiões afro, e a identidade negra, sempre foi de meu interesse abordar temáticas que estão relacionadas a questão do negro na Amazônia, embora já se tenha um conjunto de trabalhos que reflete esta proposta. Neste sentido, uma importante contribuição sobre a formação do povo brasileiro, mas especificamente no Pará, advém de Vicente Salles. Segundo ele, é importante notar a contribuição africana nas Américas, que aconteceu não somente na religião, mas na agricultura, na dança, e no domínio do trabalho. Ainda de acordo com suas contribuições, tem-se informações que os negros foram destinados para os canaviais e as lavouras de arroz e algodão. (SALLES, 2004, p. 34).

Em todas as áreas do Brasil, eles construíram a nossa economia e desenvolvimento, por outro lado, foram sumariamente excluídos da divisão dessa riqueza, não sendo diferente no Estado do Pará. Os africanos são transportados para o Brasil porque havia a necessidade para de mão de obra, principalmente para o trabalho da lavoura, no cultivo de algodão, arroz, cana-de-açúcar, entre outras atividades. Alguns pesquisadores, como Vicente Salles, Pierre Verger, mostram que inicialmente, os portugueses tentaram se servir do trabalho indígena, escravizando-os. “Os índios não estavam acostumados a esta forma de trabalho na terra” (BERKEMBROCK, 1997, p. 67). Por isso, muitos indígenas se recusaram a trabalhar como escravo, pois da forma que os portugueses exigiam eles não tinham tantas habilidades. Importante destacar que os negros não aceitaram em nenhum momento a condição que lhe era imposta, a escravidão. Pelo contrário, resistiram o tempo todo, e destas lutas resultaram os quilombos.

De 1999 a 2001 participei de várias reuniões sobre a questão quilombola no Estado do Maranhão na cidade de Alcântara, que tem um grande reconhecimento por ser uma região onde apresenta o maior número de comunidades quilombolas, e que fazem parte da baixada maranhense. Essas comunidades foram alvo de grande interesse político com a construção do centro de lançamento de foguetes, tirando muitas

2 No curso de História (2004-2007) minha pesquisa foi sobre os estudos socioantropológicos do candomblé Ketu, uma religião que veio do continente africano, e que foi se incorporando ao longo da história no Brasil. O foco dessas abordagens se configurou com as mudanças e permeâncias e suas principais contribuições para os adeptos que fazem parte da religião. Em 2016 continuei a pesquisa com o candomblé de nação angola, falando de suas representações religiosas, o espaço sagrado, práticas ritualísticas, identidade negra, política e afro-brasileira, em uma casa que fica localizada no Bairro da Terra Firme em Belém do Pará.

comunidades de seus territórios, levando-as para terras improdutivas, sem nenhuma condição de melhoria de vida. Neste aspecto, temos a contribuição dos estudos de Davi Pereira Júnior e de Alfredo Wagner de Almeida(2009), que escreveram sobre as comunidades de Alcântara e quais os principais impactos que incidem no território. Entre esses estudos, destacamos um que retrata muito bem essa realidade que é “Quilombos de Alcântara: Território e conflito”<sup>3</sup>. Trata-se de uma obra que aborda os principais problemas vividos pela comunidade alcantareense, bem como os direitos que foram sumariamente negados, como o direito à terra, a casa, trabalho e sobretudo a pesca que é uma das fontes de sobrevivência.

Motivada por estas questões, comecei a pesquisar a comunidade quilombola de Abacatal. E, pelo fato de ser membro da Congregação das Irmãs Missionárias do Coração Eucarístico de Jesus tenho grande acessibilidade ao quilombo, pois desde o início em que Abacatal sofreu grandes ameaças de retirada de suas casas, a congregação sempre esteve presente participando de suas lutas e reivindicações. A congregação inicialmente começou a realizar atividades ligadas a questão da formação religiosa, com reuniões, celebrações, estudos bíblicos, entre outros; porém, ao longo dessa inserção no quilombo percebeu-se a necessidade de trabalhar a questão da conscientização da população para reivindicações de seus direitos, pois a comunidade sofria várias repressões em relação a terra, isso tudo aconteceu na década de 1980.

No ano de 1981, as religiosas começaram a se reunir com a comunidade a fim de mostrar a importância de lutar e resistir em seu território, e graças a esse trabalho e outras iniciativas a comunidade do Abacatal resistiu até hoje, conseguindo posteriormente a titulação de suas terras. Durante dois anos, a comunidade fazia reuniões para formação religiosa e logo depois começou a formar a comunidade católica; tendo o primeiro coordenador de Abacatal Alonso Santos, com a colaboração das irmãs que se dispuseram em organizar a comunidade, tanto do ponto de vista religioso, quanto nas questões sociais, sobretudo nos problemas ligados a terra.

O quilombo e, por conseguinte, a comunidade Abacatal existem há três séculos, é um tempo bastante expressivo do ponto de vista social, cultural, político e religioso. A pesquisa configura-se como discussão importante neste contexto de políticas afirmativas e educacionais para a compreensão da formação de um povo que busca se auto afirmar, desde suas origens até o momento atual. Neste aspecto é interessante notar, que a presença do negro em alguns momentos da historiografia foram vistos de forma

<sup>3</sup>PEREIRA JÚNIOR, Davi, 2009.

preconceituosa, onde a exclusão social de certa forma imperava na sociedade. Porém, há de reconhecer que na comunidade têm-se expressivas contribuições advindas desses sujeitos históricos que, ao longo do tempo, foram construindo sua identidade, pautada pela luta, comunhão e resistência.

Este artigo tem como finalidade apresentar a história de luta e resistência da comunidade quilombola de Abacatal, que está localizada no município de Ananindeua. Entretanto, é interessante elucidar que a história paraense está marcada com a chegada de negros oriundos de diversas regiões do continente africano. Esta presença que marca a história na Amazônia tem como principal finalidade a mão de obra barata, visto que a coroa portuguesa “tinha como meta tornar as colônias produtivas pela exploração dos recursos da terra, atividade para a qual os negros entrariam com o trabalho forçado”<sup>4</sup>.

Neste sentido, existe algo muito importante a ser considerado através das comunidades tradicionais. A primeiro: reconhecer que os quilombos não são homogêneos em sua constituição histórica; segundo: precisa-se fazer uma reconstrução da identidade coletiva, resgatando e recuperando a memória coletiva, remontando os traços comuns da história da comunidade. Sabemos que os negros, desde sua chegada em nosso continente, sempre foram vistos de forma estereotipada pela sociedade brasileira. Os preconceitos foram os mais diversos, sobretudo pela cor da pele. Desta forma, muitas lutas foram empreendidas, sejam pelos movimentos sociais ou pelos órgãos ligados ao Estado, entre outros organismos preocupados com a luta social. A escravidão não era novidade na África, pois desde o século XI os árabes adquiriam escravos. De acordo com Ricardo Franklin (2000, p. 39), “o Brasil em relação às outras nações americanas, foi o país a escravizar o maior número de africanos e foi o último país do mundo cristão a abolir a escravidão em 1888”. Ainda segundo o autor, a história da escravidão no Brasil transformou o Brasil numa nação negra: “Em vários países, como no Brasil, constatamos uma expressiva presença demográfica de afrodescendentes. A porcentagem de origem africana no Brasil gira em torno de 44,3%”.

O Brasil comporta um grande contingente populacional de origem africana, constituindo-se em uma das maiores sociedades étnicas do mundo, como exposto alhures. Mesmo assim, as pessoas de origem africana foram vítimas de preconceito por parte das camadas economicamente mais elevada da sociedade, como afirma também Ricardo Franklin:

4 Caderno ITERPA, vol. 3, p. 12

O Brasil cultivou, com sucesso uma imagem de si mesmo como a primeira ‘democracia racial’ do mundo, sendo a convivência entre brancos e negros descrita como harmoniosa e igualitária. Essa concepção, tornada discurso oficial, é, na verdade, um mito, hoje questionada pelos brasileiros [...] (FRANKLIN, 2000, p. 39).

Conforme a citação anterior, criou-se um “mito” sobre a igualdade racial, haja vista que negros e brancos teriam os mesmos direitos. Isso não aconteceu porque a concepção sobre “democracia racial” ainda circula na mentalidade de outrem. Percebe-se que o que existe são apenas comentários sem consistência sobre a verdadeira realidade do negro. Eles não tem os mesmos direitos que os brancos, são relegados a segundo plano.

O Instituto de Terra do Pará (ITERPA), diz o seguinte:

A luta pelo reconhecimento do domínio de terras das comunidades remanescentes de quilombos do Pará é um marco para os movimentos sociais não só nesse Estado, mas em todo o Brasil. Assim como ocorreu em nível federal, também no Pará a consagração constitucional do direito ao título da terra não foi fruto do trabalho desenvolvido pelos quilombolas, mas do movimento negro urbano, encabeçado pelo Centro de Estudos e defesas do Negro no Pará – CEDENPA (Caderno ITERPA, p. 34)

A partir da narrativa do ITERPA é interessante notar que, a luta pela terra é algo que preocupa a sociedade, visto que desde sempre os negros foram escravizados e coibidos de exercerem qualquer função importante nas esferas públicas e privadas. Ligados a essas questões, estão os movimentos de defesa contra a discriminação racial e pela luta por titulação das comunidades quilombolas, como aconteceu no Estado do Pará, que segundo dados do ITERPA foi o que mais titulou terras quilombolas. Corrobora essa narrativa as ideias de Girolamo Treccani (2006) que discorre sobre as terras de quilombo e como se deu o processo de reconhecimento e titulação dos territórios. Segundo este autor, inicialmente havia no Brasil “a resistência negra a este sistema e a procura pela liberdade, através da constituição de quilombos” (TRECCANI, 2006, p. 33), que começa ainda no final do século XVI. O mesmo autor, Apud Peregalli (2001, p. 25), mostra como começou a resistência na África. Destacava que “os africanos não permaneciam quietos como gado enviado para os matadouros”. Desta forma, ao chegarem no Brasil, a resistência continua muito presente, sobretudo nas terras de quilombo, como se vê até hoje.

Tendo em vista essa realidade de luta e resistência, apresento a comunidade de Abacatal que se reconhece como quilombola, marcada pela comunhão, força solidária que advém de seus antepassados. Para o povo que lá residem, a terra é que lhes dá

moradia e alimento. De acordo com Alonso Silva<sup>5</sup>, a terra é uma das maiores riquezas, pois é de lá que conseguem a manutenção familiar. Aos sábados vão até a feira de Ananindeua para comercializar seus produtos: açaí, pupunha, cupuaçu, laranja, acerola, estes como faziam seus antepassados. É interessante notar que, ao longo da história, a população passou por diversas situações conflituosas. A terra, a floresta e os animais com os quais compartilham suas histórias não é visto como mercadorias, mas é parte integrante e que não podem ser dissociados uns dos outros. O território é o todo.

Abacatal é um quilombo que traz uma história de luta pelo reconhecimento das populações tradicionais da Amazônia. Segundo os relatos orais da comunidade, esta terra era de herança, que pertencia ao Coma Mello. O mesmo não tendo filhos com sua esposa legítima, este procurou sua escrava Olímpia, surgindo desta relação três filhas, que foram chamadas de Marias. Portanto, a terra foi dada como herança aos filhos dessas “Marias”, que até hoje habitam esse território, como elucidado Rosa Acevedo Marin e Edna Castro (2004) na obra “No caminho de pedras de Abacatal”.

Depois de mais de dois séculos de ocupação e de confrontos com os apropriadores da terra, o povo finalmente consegue se estabelecer legalmente em suas terras. A titulação aconteceu em 02 de dezembro de 2008<sup>6</sup>. Durante muito tempo, a comunidade se configurou como lugar de resistência. O povo manteve o modo de vida ancestral, como sinal de força, organização e luta pela terra.

Minha preocupação, enquanto pesquisadora, é analisar alguns projetos que estão sendo pensados e outros executados na comunidade Abacatal. Dentre esses, um que causa grande desafio para o povo é a ferrovia paraense que, segundo os moradores, já está sendo discutido pelo governo em passar próximo a área da comunidade. Motivados pela resistência, a comunidade em reuniões na associação começou a elaborar algumas estratégias para combater esse projeto.

Sobre a ferrovia paraense, informações dadas pelo Secretária de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), que com o traçado que será adotado, dará acesso as principais minas e polos de agronegócio, visto que o Estado possui instalações portuárias ao longo de seu território. Viabilizando assim, a retirada de minérios, etc, como por exemplo o complexo portuário de Barcarena, onde está localizado o porto da vila do conde. Por outro lado, de acordo com as informações da Defensoria Pública do Estado do Pará, somente a partir do dia 19 de julho de 2017 eles tomaram conhecimento do projeto. Foi feito pela defensoria o pedido da realização de

5 Entrevista com o senhor Alonso Santos e Silva, em 25/06/2018.

6 Caderno ITERPA, vol. 3, p. 41

audiência pública no licenciamento e consulta prévia. Também foi enviado o ofício a SEDEME, pedindo a paralisação das audiências de licitações e de consulta as comunidades tradicionais de 23 municípios sendo que, estas determinações não foram cumpridas. Ainda de acordo com os estudos feitos pela defensoria, muitos problemas virão à tona, entre eles: o aumento da migração de trabalhadores, derrubada de árvores, desapropriação de terras de assentamento, aumento de exploração sexual, entre outros<sup>7</sup>. É interessante enfatizar que a ferrovia atingirá Abacatal indiretamente; ou seja, na questão territorial e sócio ambiental.

Com estas motivações iniciais, pretendo partir da localização geográfica do quilombo Abacatal, reconhecendo a espacialidade de sua população. Parto do princípio dos desafios políticos apresentados pelos quilombolas: questões de grandes projetos econômicos que já estão em execução sem aviso prévio. No entanto, a comunidade luta pelos seus direitos constitucionais de continuar morando em seu território. Mostrarei alguns indicadores que sobrepõe a elaboração dos projetos que estão sendo projetados no Estado do Pará e que vão cortar parte do território, e também, outros municípios onde há presença de comunidades tradicionais. Segundo o Sr. Raimundo Cardoso<sup>8</sup>, são 23 municípios que serão afetados pela construção da ferrovia paraense. Por fim, através de dados coletados, mostrarei quais as grandes preocupações da comunidade frente a esse empreendimento.

A elaboração de um protocolo de consulta foi realizada pelo quilombo Abacatal, juntamente com pessoas que apoiam a luta, entre essas podemos citar: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo o Sr. Alonso Santos, depois de cinco reuniões com a Associação de Negros Malungo, professores da Universidade Federal do Pará (UFPA, Defensoria Pública e representantes de Abacatal pensou-se neste protocolo de consulta contra os projetos que impactariam diretamente na comunidade. Todos esses projetos devem ser discutido com a comunidade. Quais os impactos que a rodovia provocará? Quais os seus benefícios e malefícios? São essas questões que devem ser debatidas<sup>9</sup>.

A comunidade ratifica nesse protocolo a escuta da população local que deve ser levado em consideração, visto que os mais atingidos são todos os que moram nessas comunidades tradicionais. A preocupação maior é, também, com as futuras gerações que sofrerão todo e qualquer impacto com esses projetos. Pelo que analisamos, toda a

7 Apresentação do defensor público do Estado do Pará Johny Giffoni, na defensoria pública em 18/09/2017.

8 Entrevista realizada com senhor Raimundo Nonato Cardoso em 25/06/2018.

9 Entrevista realizada com o senhor Alonso Santos e Silva em 03/11/2018.

comunidade de certa forma será atingida; convém ressaltar que mesmo diante deste desafio o quilombo continua resistindo e buscando parceiros.

O estudo ora abordado tenta problematizar focando seus discursos em alguns eixos bastante relevantes. O primeiro trabalha a luta e resistência da comunidade frente aos grandes projetos, em seguida darei ênfase sobre a questão da identidade cultural, social e religiosa dos sujeitos envolvidos. Depois focarei naquilo que no momento é um dos temas mais importante deste trabalho: a territorialidade e os impactos gerados dentro e no entorno da comunidade. Por fim, mostrarei, também, alguns projetos que já estão sendo executados na área do quilombo, ocasionando grandes problemas do ponto de vista sócio ambiental.

**Figura 1** - Localização da comunidade Abacatal



**Fonte** - Blog de Adrielson F. Almeida. Acesso em 04/11/1018.

## 2 RESISTÊNCIA AOS GRANDES PROJETOS

A comunidade Abacatal está situada na Região Metropolitana de Belém, especificamente no município de Ananindeua. Por ser uma localização do ponto de vista estratégico, a comunidade sofre ameaças ao longo de toda sua história. Entre essas ameaças, posso citar a Estrada de Ferro Belém-Bragança, a construção da Alça Viária ligando vários municípios e o Parque Ambiental de Belém. Segundo a pesquisadora Rosa Acevedo e Edna Castro (2004, p. 13), o primeiro impacto de uma política de terras sobre Abacatal foi a abertura da Estrada de Ferro Belém-Brasília, na qual recebeu núcleos de colonizadores, como espanhóis e franceses para trabalhar na agricultura

comercial. Somam-se a esses impactos um processo de grandes mudanças, recorrentes ao processo também de colonização no final do século XIX, provocando uma série de danos a essa população tradicional. Há de lembrar, que ligada a essa realidade encontramos a exploração da borracha.

O quilombo Abacatal surge, segundo seus moradores em 1710, três séculos de luta e resistência contra os ataques ao seu território. É interessante notar que, ao longo da história, contam-se que em sua origem o quilombo remonta a uma “história mítica”; ou seja, relatos dos moradores do lugar descrevem a história de um conde que se chamava Coma Melo e que por ventura teve relações afetivas com a escrava Olímpia, tendo três filhas, que são as três Marias, como destacamos anteriormente. Neste sentido, a história oral é muito importante para analisarmos o surgimento da comunidade, pois relatos das primeiras gerações dizem que Antônio Conde Coma Melo era descendente de português, e, deu início, com as futuras gerações, como conta o Sr. Alonso Santos que é um dos moradores do sítio Bom Jesus<sup>10</sup>.

Dado a essas histórias que são transmitidas de gerações a gerações, convém lembrar que a luta pela terra e a resistência, por parte da comunidade, vem desde muito tempo. O acirramento de empresas como a empresa Pirelli, limitou o espaço dos moradores da comunidade em relação a coleta, caça e agricultura, uma vez que a mesma empreendeu projetos mudando o estilo de vida de Abacatal. A situação de ameaças e ataques a comunidade em nome do “progresso”, traz no decorrer da história malefícios que tira o direito desses quilombolas; como por exemplo, o trabalho de agricultura para a sobrevivência de suas famílias e projetos de inclusão para a juventude. Sobre a empresa Pirelli que se instalou aos arredores de Abacatal, segundo as informações de Rosa Acevedo e Edna Castro, ela faz parte da história paraense desde a segunda metade do século XX. Destaca, ainda, que a mesma possuía “uma grande extensão de terra e ainda o ramo da borracha cultivada” (MARININ & CASTRO, 2004, p. 137). Esse tipo de empreendimento gera grande desconforto à comunidade uma vez que há perda da terra para a Pirelli. De acordo com as informações, dada por um dos moradores da comunidade, “essa empresa passou por trinta anos, depois ela foi retirada passando as terras para o governo estadual”.<sup>11</sup>

Esses grandes projetos: ferrovia, gasoduto, rodovia da liberdade, alça viária e o linhão trouxeram conflitos para a comunidade, pois a coloca diretamente na rota dos interesses capitalistas, contrastando com a vida da comunidade. As lutas empreendidas

10 Entrevista realizada com o Sr. Alonso dos Santos e Silva em 25/06/2018.

11 Idem, realizada em 03/11/2018.

foram diversas, como reuniões para organizar a comunidade, resistência diante das ameaças em tirá-los da terra, entre outros. Sobre esses projetos que de certa forma impactarão no território de Abacatal. As informações que temos dos moradores da comunidade é que, dentre esses, um dos que já estão em execução é uma subestação que vai passar o linhão. Segundo Alonso dos Santos, a subestação que está sendo construída fica a 8 km de cada lado de Abacatal. Informa que “a preocupação é com a radiação que causará danos pra vida da população. Ananindeua vai acabar, o linhão é da equatorial da CELPA. Ela vem de Tucuruí, passa por Belém e de lá vem por aqui e vai embora até Castanhal”<sup>12</sup>.

Ainda sobre os grandes empreendimentos, Alonso dos Santos continua dizendo que o que mais o deixa preocupado é com a Rodovia da Liberdade que vai passar nas terras de Abacatal. Trata-se de uma rodovia privada que será cobrada pedágio, “se ela passar aqui ela fecha tudo, e nós não podemos atravessar pra lá. O governo faz uma estrada pra ir lá pra alça viária. E aí a gente vai pra lá pra fazer o retorno”<sup>13</sup>. Sobre o gasoduto há pouca informação, o que sabemos é que vai passar a 300 metros da comunidade de Abacatal e que já está nas terras de Mojú. Este projeto tem por finalidade fazer o transporte de gás para Belém.

**Figura 2** - Mapa da rodovia da liberdade.



**Fonte-** Arquivo do Sr. Alonso dos Santos e Silva, 2017.

É interessante notar que a comunidade Abacatal sempre sofreu ameaças, ficando

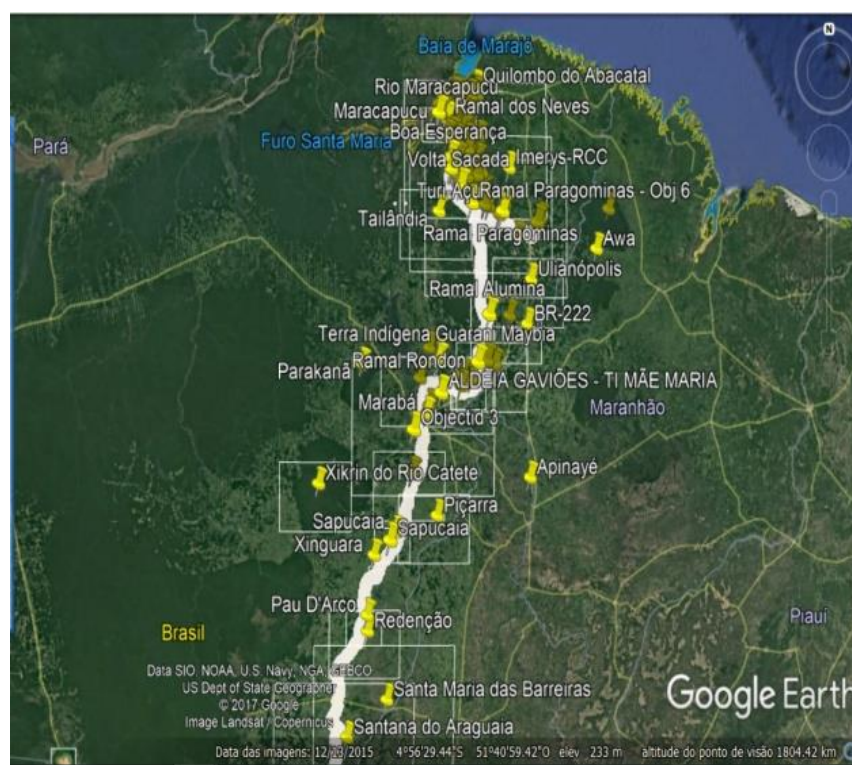
12 Entrevista realizada com o Sr. Alonso dos Santos e Silva em 03/11/2018.

13 Idem.

a mercê de sua própria sorte em muitos momentos. Entretanto, com a luta pela posse da terra e pela exploração dos recursos naturais o quilombo enfrentou positivamente esses projetos. Certamente, não foi fácil para a população resistir a essa agressão capitalista, que tira o direito dos sujeitos viverem no seu próprio território. A luta começa a partir do momento em que o povo sente e vê suas terras invadidas.

Concomitantemente, a população tomou conhecimento de que a área geográfica do território será cortada pela ferrovia paraense, um dos grandes projetos do governo estadual.

**Figura 3** – Traçado da ferrovia paraense.



**Fonte** - Google Earth.

No site oficial da SUDEME (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia), encontramos a seguinte informação:

A Ferrovia Paraense terá 1.312 km de extensão, interconectando todo o leste do Pará, desde Santana do Araguaia até o Porto de Vila do Conde em Barcarena. A implementação da Ferrovia Paraense será dividida em Trecho Norte e Trecho Sul, com as seguintes características: Trecho Norte: ligará Morada Nova a Barcarena (porto de Vila do Conde), com 759 km de distância. Trecho Sul: ligará Santana do Araguaia a Morada Nova, com 553 km de distância. O custo estimado do Projeto é de 14 bilhões de reais.<sup>14</sup>

Nos estudos que estão sendo desenvolvidos, a área de Abacatal será atingida, visto que, alguns moradores já tomaram conhecimento deste projeto. A comunidade recebe orientações da Defensoria Pública, na figura de JohnyGiffoni, do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Pará. Segundo ele:

“Para que o processo de licitação do empreendimento já estivesse avançado ao ponto que está, as populações tradicionais deveriam ter sido consultadas previamente, conforme prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), decretada no Brasil em 2004”<sup>15</sup>.

JohnyGiffoni é um dos defensores públicos do Pará que contribui significativamente nas discussões e combate a esses projetos. É interessante lembrar que não é apenas Abacatal enquanto comunidade tradicional que será afetada, mas 23 municípios paraenses.

### **3 IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO, TERRITÓRIO EM CONFLITO**

O processo identitário de um grupo se constrói a partir da história de vida de seus antepassados e dos atores sociais que fazem parte dessa comunidade, é o que podemos perceber no quilombo de Abacatal. Essa construção cultural coletiva agrega valores que são importantíssimos na identidade de um povo. As situações de sofrimento, perda de valores, ameaça aos seus territórios, atingiu fortemente a vida da comunidade, criando barreiras quanto a aceitação de sua própria identidade. É o que relata Rosa Acevedo e Edna Castro (2004, p. 49) em sua obra sobre as narrativas relacionadas ao processo de afirmação étnica e política. Segundo elas, “a designação preto ou negro era recusada, por estar associada à situação de escravos e, por conseguinte, à imagem imposta pela sociedade”.

O pertencimento étnico racial continua muito presente até hoje na comunidade. Tudo isso deriva de suas origens culturais que via o negro como pessoa inferior. Alguns estereótipos relacionados a sua ancestralidade fazem com que ainda haja uma não aceitação de suas origens. Neste sentido, o trabalho sobre a identidade no quilombo é extremamente importante, para que as futuras gerações se empoderem do ser negro na sociedade.

A este aspecto gostaria de lembrar o pensamento de Stuart Hall (2005) que discorre acerca da identidade. Segundo ele, não existe uma única identidade, mas

múltiplas no interior da sociedade, é o que se pode observar em Abacatal. Na realidade, alguns se identificam como negros, ou aqueles sem identificação alguma. É interessante notar que muitos ainda têm resistência quanto ao pertencimento de sua ancestralidade, assumindo outras identidades. De acordo com o Alonso dos Santos, a questão da identidade é um fator muito importante para a comunidade, no entanto, nem todos se identificam com afro-brasileiros, existem aqueles “que assumem ser negro, quilombola, para ganhar alguns benefícios na comunidade”<sup>16</sup>, isso é uma realidade que está presente sobretudo quando se trata da questão da moradia, da terra, entre outros benefícios que são adquiridos para a comunidade.

No entanto, nesses últimos tempos, organismos e pastorais ligados à Igreja Católica como a Pastoral Afro Brasileira, vem desenvolvendo um trabalho de construção identitária na comunidade, abrindo caminhos com novos horizontes de ser negro e ocupar seus espaços na sociedade. Dentre essas atividades foi realizado oficinas de instrumentos afro musicais. O público-alvo é a juventude do quilombo que participam deste evento como oportunidade de conhecer mais de perto sua história de vida. Sobre a Pastoral, esta é um serviço de animação e articulação dos grupos negros da Igreja do Brasil, ligada a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que vem desenvolvendo um trabalho para cultivar e desenvolver os valores da cultura afrodescendentes no sentido de integrar cultura, fé e adesão a Jesus Cristo sem ferir as raízes negras. Um de seus objetivos é dar continuidade à rica herança de experiência e reflexão pastoral nas comunidades afro-brasileiras, para aprofundar a enculturação que acontece no contexto da cultura; contribuindo para a superação dos preconceitos e discriminações reconhecendo os valores religiosos da cultura africana.

16 Entrevista realizada Alonso dos Santos e Silva em 03/11/2018.

**Figura 4** - Pastoral afro – CNBB. Atividade de percussão em Abacatal



**Fonte** - Arquivo pessoal da autora, 2017

Neste sentido, a comunidade apresenta não uma única identidade, mas uma diversidade cultural que ultrapassa o aspecto de ser negro. Na fala de alguns entrevistados, percebe-se a alegria de ser negro, ou afrodescendente, trazendo em suas raízes a história de seus antepassados marcada pela luta, resistência e sofrimento, ao longo da história da escravidão. O trabalho ora realizado pela Igreja católica, organismos, e outras iniciativas ligados ao poder público, abre novos caminhos de construção identitária e de aceitação desses sujeitos. Vale recordar que não foi fácil em suas histórias de vida, ter que passar por situações de discriminação e preconceito, que, de certa forma, influenciam a vida do povo. Porém, mesmo com esta realidade tão forte e presente, o quilombo até hoje consegue se reerguer dentro do sistema capitalista.

Outra categoria importante é a “denominação negro”. De acordo com a pesquisa de Rosa Acevedo e Edna Castro (2004, p. 49), “um entrevistado comentava que não gostavam de falar de sua origem negra por ser muito escravizado”. Carregar em suas origens este estereótipo tão negativo sobre a cor da pele, alimenta cada vez mais a recusa de sua identidade na comunidade e rejeição de valores que são importantíssimos na comunidade. A este núcleo identitário posso dizer que atualmente houve grandes avanços na aceitação de suas origens, sobretudo no que diz respeito a cor da pele.

Alguns reconhecem e falam com precisão da importância de ser negro e de fazerem parte de uma comunidade remanescente de quilombo. Todavia, não foi fácil para se chegar a este reconhecimento, visto que, ao longo da história o negro nunca foi bem-visto e aceito pela sua condição racial. Porém, mesmo sendo escravizados e vivendo formas de submissão houve, também, resistências, revoltas e fugas. Neste

aspecto, os quilombos foram territórios de resistência contra a escravidão, discriminação racial e o preconceito que se estenderam após a abolição da escravatura.

Segundo VolneyBerkembrock (1997), o desenvolvimento cultural dos africanos, ocorreu de “forma variada”. Os negros ao chegarem no Brasil eram enviados para as fazendas, para trabalhar nos engenhos. Eram escolhidos pelos donos de terras para a mão-de-obra escrava. Muitos tentavam fugir, porém nem sempre nessas fugas havia sucesso.

[...] Existiam duas grandes categorias de escravos: os escravos do campo e os da cidade. Escravos da agricultura, da extração de ouro e escravos domésticos eram ainda subgrupos dos escravos do campo.

[...] Entre os escravos da cidade, haviam diversos grupos: os trabalhadores manuais, os escravos domésticos, os especializados e os chamados “negros de ganho”. (BERKEMBROCK, 1997, p. 80-81).

Como podemos observar, tanto na cidade quanto no campo haviam escravos subjugados ao trabalho forçado, como: plantação de algodão, arroz e cana-de-açúcar. Foi um período difícil na vida dos negros, mas, apesar do trabalho pesado, continuaram a contribuir no desenvolvimento econômico da sociedade brasileira. A contribuição do negro marca profundamente a cultura brasileira. Segundo VolneyBerkembrock (1997, p. 80-81) “a influência dos descendentes dos negros marca o País das mais diversas formas, seja através da riqueza de sua música, arte ou culinária, como também pelo pensamento e comportamento”.

Ao longo do tempo, o negro vem contribuindo de forma significativa para a ampliação da diversidade cultural existente no Brasil. Entretanto, essa contribuição não é aceita pela sociedade discriminadora, que não vê de forma “positiva” a imagem dos afrodescendentes, ou seja, não aceita como construtora de uma civilização. Como afirma Ricardo Franklin (2000, p. 52-53) “o africano tem sido considerado até como construtor de cultura, mesmo vista como folclórica, porém dificilmente como construtor de civilização”.

A conquista desses territórios continua até hoje, como formas de resistir a qualquer tipo de ameaça que impeça as comunidades tradicionais de viverem de forma harmoniosamente, construindo valores, sendo sujeitos sociais num mundo fragmentado e dando visibilidade a sua africanidade, de um passado no qual foi incorporado elementos relacionados a questão da etnicidade não positivo. Desta forma, é compreensível o estabelecimento que se deu na composição de suas lutas, com suas bases de sobrevivência na agricultura, a resistência que foi empreendida contra os ataques externos, bem como, a formação de uma territorialidade negra, com suas especificidades construindo uma identidade peculiar nas comunidades quilombolas.

Desde sua origem, Abacatal passou por diversas mudanças. Dentre essas, uma está ligada a posse de seus territórios. A terra desde sua ocupação sempre ocasionou problemas na vida da comunidade. Em seus relatos, Rosa Acevedo e Edna Castro traçam alguns elementos constitutivos da história de vida de nossos ancestrais, como explicam a seguir:

Do outro lado da Rodovia BR – 316 que conta Ananindeua, onde se encontram as terras de Abacatal, ocorreu o mesmo processo de intensificação de ocupações, de conjuntos habitacionais e de invasões populares. O processo foi acelerado e sem controle. Em curto espaço de tempo, as áreas próximas de Abacatal foram incorporadas ao espaço urbano no município (FRANKLIN, ANO, p. 52-53).

A partir dessa análise posso dizer que a comunidade sofreu e sofre interferências externas, não só pelas ocupações ao seu entorno, mas também por empresas que se instalaram nas proximidades causando danos a população, como por exemplo a Pirelli, citada anteriormente, que desenvolveu suas atividades econômicas em uma grande extensão de terra, no cultivo da borracha no século XX. Merece destaque, também, todos os projetos que foram empreendidos durante a história da comunidade até hoje como o lixão do Aurá que afeta diretamente a vida da população. Em 1987, houve no quilombo dois enfrentamentos: o primeiro foi com a empresa Pirelli; e o segundo com a empresa Transporte e Comércio Rio Castanho Ltda (ACEVEDO & CASTRO, 2004, p. 142). Esses confrontos dão-se pelas ocupações das terras de Abacatal. Mesmo com suas terras regularizadas em 13 de maio de 1999, a população vive a mercê destas realidades desumanizadoras, pois com a abertura de estradas próximo a comunidade ela poderá sofrer invasões, tornando-se esconderijos de ladrões, e ameaça aos seus bens e plantações.

Para se compreender a territorialidade do quilombo é necessário discorrer sobre a identidade do povo que ali residem, ou seja, sua forma de pensar e de viver em comunidade, respeitando suas especificidades, as transformações e permanências que surgem no decorrer da história. Neste sentido, Maria Albenize lança um debate bastante interessante sobre identidade e território, segundo ela:

Quando discutimos identidade quilombola, território e identidade aparecem intimamente imbricados, a construção do território produz uma identidade e a identidade produz o território, este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais. A territorialização, também é construção, movimento, no tempo e no espaço. São relações entre os sujeitos com sua natureza. Essa relação é registrada pela memória, individual e coletiva, fruto e condição de saberes e conhecimento. (MALCHER, 2006, p. 67).

A autora nos ajuda a entender o processo de construção da identidade de um povo, reconhecendo em seu pertencimento formas de sobrevivências, de resistências e

lutas pela conquista da terra. Tal tarefa não é fácil de ser empreendida, visto que nas relações sociais sempre vai haver conflitos. Os elementos de construção territorial e identitário é fruto de uma relação do passado com o presente, que vai do individual para o coletivo, tendo presente os sujeitos que fazem parte da história quilombola.

Ainda de acordo com Malcher (2006, p. 8), “o território é o elemento de construção da identidade étnica, que é o ponto mais importante da estrutura social”. Observamos que o grupo é quem determina o direito a permanência na terra, mesmo com a complexidade de habitar em determinados espaços. As relações sociais incluem relações de grupos com a terra, mas também lutas de poder. O processo histórico rememorado por nossos ancestrais marca a conjuntura dos territórios quilombolas, sobretudo onde aparece o maior número de conflitos, seja por questão de terra, moradia ou pelas relações construídas na comunidade.

A organização do ponto de vista político e social abre novos caminhos de legitimação quanto a conquista de seus territórios, assegurando a vivência de sua ancestralidade, reconhecimento de seus direitos constitucionais, bem como projetos de inclusão realizados dentro da comunidade. Os atores envolvidos buscam constantemente a regularização de suas terras, visando o bem comum através de encontros, organizações e resistências.

A territorialização defendida por Albenize Malcher (2006, p. 10) é “elemento de construção da identidade étnica, que é o ponto mais importante da estrutura socioespacial”. Neste processo a identidade de um povo, sobretudo no quilombo, dá-se por diversas formas, pois como se sabe, temos uma variedade de identidades nos diversos aspectos da comunidade, seja no modo de ser ou de agir dentro do espaço geográfico. O processo de afirmação dentro de suas lutas políticas acontece pela organização, encontros e participação em associação comunitária, garantindo direitos, fortalecendo a resistência pela conquista de espaços e direitos reconhecidos.

Nesta luta pela terra os conflitos são os mais diversos, visto que as relações sociais quase sempre são conflituosas. O reconhecimento de sua identidade quilombola é um dos meios de legitimação e permanência no território, tornando-se um elemento importantíssimo na vida do quilombola. Não obstante, a terra é um bem maior, sendo de grande utilidade para a comunidade local. É o que discorre Albenize Malcher sobre essa temática. De acordo com a autora, “a terra (território) torna-se um valor de vida, um espaço de relações vividas, fruto da memória e da experiência pessoal e compartilhada” (MALCHER, 2006, p. 13).

Neste pequeno fragmento, citado acima, percebe-se que identidade e território tem uma interligação que direciona para o reconhecimento da cultura e da vivência de um determinado grupo social. É neste aspecto que a população do quilombo de Abacatal tentam manter sua cultura dentro de seu território, mesmo sabendo que suas terras são cobiçadas por empresas que tentam tirá-los desse espaço de memórias, experiências vividas por seus ancestrais, cultivando valores que existem até hoje. A luta pela terra é histórica, na qual os moradores de Abacatallegitimam como propriedade particular, de caráter coletivo, gerando conflitos que dificultam as relações sociais e familiares na comunidade.

É nesse antigo quilombo que se constitui o território, que vamos encontrar histórias de vida, permeada por grandes tensões e atividades como produção agropecuária. Outra presença importante é a escola municipal de ensino fundamental Manoel Gregório Rosa Filho, disponibilizando o acesso ao ensino fundamental aos moradores da comunidade.

Os grandes projetos que afetam direta e indiretamente a população de Abacatal. Como se sabe ao longo de sua história, houve muita luta e resistência para continuar na terra. Neste aspecto, é interessante notar que a presença do negro na historiografia foi percebido de forma preconceituosa, onde a exclusão social de certa forma imperava na sociedade. Porém, há de reconhecer que na comunidade têm-se expressivas contribuições advindas desses sujeitos históricos que, ao longo do tempo, foram construindo sua identidade pautada pela resistência.

Historicamente a comunidade vem construindo sua identidade, sofrendo mudanças no decorrer da sua história. Mudanças estas que afetam diretamente a comunidade, como por exemplo, o lixão que fica próximo de suas casas e pela futura construção de uma ferrovia que afetará indiretamente o território quilombola, além da Rodovia da liberdade, Alça viária, e a subestação que já está sendo construída na estrada próximo de Abacatal.

Sobre a questão identitária, a população é constituída por negros que se identificam como quilombolas, assumindo sua identidade cultural. É interessante notar que inicialmente os conflitos eram frequentes no quilombo devido a sua condição social, em decorrência da disputa pela terra.

Treccani (2006, p. 14) ao fazer a abordagem sobre “terras de quilombo”, diz que “nos territórios quilombolas se consagram não só uma propriedade” que garante aos seus detentores o domínio da terra, mas se expressa uma forma peculiar de apossamento e uso dos recursos naturais, caracterizado como “propriedade coletiva”, fruto de uma

identidade coletiva”. Neste sentido, a questão da identidade está intrinsecamente ligada a propriedade da terra, visto que ela é um bem natural e é o que identifica a comunidade como quilombola, lugar de resistência, de luta, mas acima de tudo de vivência de valores, mesmo com tantos projetos que tentam tirar esse direito.

O trabalho coletivo realizado na comunidade é uma forma de manter seus direitos respeitados, alimentando o espírito de cooperação a partir de atividades que são desenvolvidas pelas famílias que residem na terra e que lutam por ela, sobretudo em um momento como este na qual a comunidade vê suas terras sendo ameaçadas. Esta colaboração acontece não somente do ponto de vista do trabalho no cultivo da terra, mas também através da conscientização feita pela associação quanto a gravidade dos problemas que serão gerados a partir da presença das empresas que já foram acima citadas.

O Pará teve o primeiro município brasileiro (Oriximiná) que outorgou título de reconhecimento de domínio para os remanescentes de quilombo. Porém, há de reconhecer que muito ainda tem que ser feito para essas comunidades tradicionais, garantindo o direito à terra, e o uso de seus recursos naturais, como adverte Treccani,

Muito ainda resta a fazer, pois a cada dia as comunidades redescobrem sua identidade étnico-territorial e pleiteiam perante o governo o reconhecimento de seu direito. O primeiro desafio é aquele de identificar quem são hoje os “remanescentes”, pois os grupos sociais agora denominados como “remanescentes das comunidades de quilombos”, ao longo do tempo receberam várias outras designações. A maior parte delas emitidas de fora para dentro destes grupos sociais. (TRECCANI, 2006. p. 15-16).

O autor supracitado traz uma reflexão bastante interessante do ponto de vista desse reconhecimento da terra. Segundo ele “o reconhecimento de domínio das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, não pode ser dissociada da adoção de políticas afirmativas em favor dos afro-brasileiros” (TRECCANI, 2006, p. 17). Esse pensamento é bastante contundente em nos fazer compreender a importância de políticas afirmativas que dê suporte a essas comunidades tradicionais, reconhecendo em suas origens o papel fundamental que elas têm na sociedade brasileira, pois no decorrer da história muitas foram sumariamente eliminadas, e até hoje não receberam o reconhecimento seja por parte do governo em regularizar suas terras, seja pela discriminação que sofrem pela condição social onde vivem.

É interessante notar que muitos quilombos foram titulados nesses últimos tempos, como aconteceu em várias regiões do Pará. E de forma mais específica no quilombo de Abacatal que ora está sendo pesquisado. A titulação aconteceu no dia 02 de dezembro de 2008, que segundo dados do ITERPA foram beneficiadas 75 famílias.

Mesmo tendo muitos quilombos com reconhecimento de suas terras ocupadas pelo governo, nota-se que a luta não termina com essas titulações. Prova disso é que a maioria dessas comunidades continuam até hoje sendo ameaçadas por grandes projetos.

Quando me reporto a questão identitária no quilombo, trago também presente as contribuições de Stuart Hall, que descreve a identidade cultural da pós-modernidade no processo histórico das comunidades tradicionais. O autor sugere em sua linha de reflexão a existência de três concepções. Primeiro o sujeito do iluminismo, na qual o sujeito está baseado na razão de consciência e de ação. Em segundo lugar têm-se a concepção do sujeito sociológico, ou seja, formado a partir da interação entre o sujeito e a sociedade, e por fim, o sujeito pós-moderno, que é aquele que não assume uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas passa a assumir identidades diferentes em diferentes momentos. O autor ao discutir a questão da identidade como algo que está ligado ao processo de representações, deixa claro que na sociedade pós-moderna esse fenômeno se expressa de diferentes formas, pois no sujeito não existe uma única identidade, como já foi discutido.

A comunidade, nesses últimos tempos, vem sofrendo ameaças, entre elas, a passagem da ferrovia que afetará o modo de vida desses sujeitos, como observado. Por isso, o quilombo está preocupado com a sobrevivência das futuras gerações, e por isso, vem discutindo estratégias de como continuar vivendo sem essas interferências externas que afetará o modo de vida desta população. Esses embates na comunidade são sentidos por todos e constantemente resignificados pelo grupo; por isso, a Associação de Moradores e Produtores de Abacatal e Aurá (AMPQUA), elaborou um protocolo de consulta, aprovado em assembleia geral no dia 10 de julho de 2017. Este recurso foi baseado na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegura o direito de serem consultados previamente. Neste protocolo o quilombo apresenta como deve ser assegurado este direito e de que forma deve ser realizado a consulta.

Esses projetos que estão sendo pensados para a comunidade, nem sequer foram consultados, mas que poderá atingir seriamente o território, sobretudo com a instalação de indústrias, rodovias e ferrovias. Esses tipos de empreendimentos causam uma série de impactos a identidade cultural, que foi repassada por seus ancestrais, através da memória e da oralidade, que é a maior riqueza desses sujeitos. A perda de sua cultura pode os colocar numa situação de vulnerabilidade social, ambiental, cultural e econômica. Portanto, a decisão do protocolo de consulta está pautada na busca de reconhecimento e de seus direitos respeitados.

Os impactos que são direcionados dentro do quilombo atingem diretamente a população, primeiro com a abertura de estradas que termina dentro da comunidade. No percurso da via de acesso, existem vários “curvões”, resultado das atividades de mineração para extrair areia e argila, causando perda de cobertura vegetal e prejudicando os lençóis freáticos da população. Outra realidade muito presente é a violência que causa grande complexidade na vida da comunidade, tudo isso aumentou pelo número de condomínios no entorno do quilombo. Entretanto, além da violência existe também um outro agravante que é a poluição do rio Uriboquina, que segundo os moradores locais poluem o rio, uma vez que não há nenhum tipo de tratamento, o lixo ao céu aberto e a tubulação visível, causando danos a população e ao meio ambiente.

Desde o momento em que a comunidade começou a sofrer alguns impactos externos, o povo começou a buscar meios de sobrevivência. É o que podemos constatar na fala de um dos moradores do Sítio Bom Jesus, Segundo ele,

O linhão vai passar daqui a 500 metros, daqui da minha residência, ele vem de lá da Universidade, do Guamá, por aqui por dentro e aí, vai ser logo adiante. Porque quando eles tiveram aqui o Dr. Paulo da equatorial, um dos engenheiros da norte e energia, então ele botou aí 500 metros, aí eu perguntei pra ele o impacto, e ele disse, não, debaixo do linhão pode ser plantada árvore até que cresça 6 metros. A nova proposta da rodovia da liberdade, vem de lá da UFRA, ela vem paralela a primeira de dezembro, então no mapa que nós temos ela vem cortar mais ou menos um pedaço aqui do nosso terreno. Nós estamos entrando com o Ministério Público, tamos se virando.<sup>17</sup>

Neste relato, a preocupação dos moradores é imensa, pois os problemas aumentarão de forma assustadoramente. Esses grandes projetos que estão sendo executados não têm nenhuma consulta prévia com a comunidade local, ainda de acordo com Alonso dos Santos “o próprio engenheiro quando veio realizar o trabalho não sabia que havia uma comunidade quilombola, pois se soubesse o projeto teria sido embargado”<sup>18</sup>. Por isso, a busca de parceiros é algo que está presente na vida da comunidade, desde a defensoria pública quanto aos organismos ligados a Igreja Católica, como também em conjunto com a Universidade Federal do Pará, entre outros.

São quatro grandes projetos que irão ou que já estão impactando a vida do quilombo, tais como: o gasoduto, o linhão, a rodovia da liberdade e a ferrovia paraense. Todos trazem malefícios à comunidade no sentido de cortar direta ou indiretamente o território quilombola. Segundo nosso entrevistado, no momento são 14 famílias que certamente sofrerão com a inclusão desses projetos. Sobre isso ele relata o seguinte,

17 Entrevista realizada com o senhor Alonso dos Santos e Silva em 25/06/2018.

18 Idem.

E aí a rodovia está em discussão, nós levamos a proposta, tivemos uma reunião no Ministério Público em Belém, e a Dra. Eliane que é do Ministério Público, do meio ambiente. Eu falei olha doutora nós não queremos impedir, o que nós estamos dando uma proposta é que a rodovia acompanhe o linhão, que não corte nosso terreno, é só isso que nós queremos, aí ficou deles negociarem lá com a empresa que vai construir e essa aí ainda não sabemos. E vem a ferrovia que a gente não sabe por onde vai passar. Essa ferrovia que vai mais impactar. Depois dessa ainda tem mais o gasoduto que vai passar uns 300 metros, vem não sei de onde, já passou no Moju. Mas isso aí já faz tempo, mas como o pessoal não acredita em nada. Aí eles pegam os mais fracos, negociam, aquela conversa bonita. O gasoduto é o pior não pode ficar ninguém perto.<sup>19</sup>

A luta pela comunidade é o resultado da organização do próprio quilombo. A associação é um dos meios dessa luta pelo território. Segundo os moradores mais antigos, esses projetos não são discutidos com a comunidade que será afetada. Por isso, pensando na real situação de sofrimento no futuro, as lideranças da associação se empenham em exercer sua função de organizar o quilombo para lutar pela terra. Sabe-se que essa luta não é fácil, visto que alguns moradores se deixam vender por falsas promessas de que com estes empreendimentos emprego serão gerados, dando oportunidade para muitas pessoas se auto sustentarem. No entanto, isso são apenas promessas para conseguir a credibilidade da comunidade, e infelizmente muitos não conseguem resistir tais propostas de trabalho. Inúmeras famílias serão atingidas, sobretudo a juventude que é bem mais expressivo dentro da comunidade. Estes encantados, com os projetos sonham que é o único meio de desenvolvimento para o quilombo.

Interrogado pela constituição da comunidade, bem como a história de vida de Abacatal, Alonso dos Santos descreve da seguinte forma:

Nós chegamos aqui em 1952, aí em 92 nós recebemos o título. 4 famílias, meus dois irmãos e a mamãe. Essa terra era do governo foi doada, do Estado foi doado. Começa no Abacatal a confusão em 83 e a nossa em 84. E lá eles conseguiram a titulação em 99, porque lá na verdade nós lutava por que lá nós reconhecia um dono, que até é meu tio, era meu tio, Justino Canuto, tá nos documentos, já morreu<sup>20</sup>.

Ainda nos lembra que no ano de 1954 seu tio que se chamava Justino Canuto requereu a terra com tudo dentro, com um total de mais de 100 famílias. Histórias como esta, presente na memória deste informante, revelam-nos a luta, resistência e disputa pela terra durante esses três séculos. Os conflitos gerados em torno deste território são sinônimo de briga de poder, pois as divisões são muito visíveis quando se trata da questão da terra.

19 Idem.

20 Entrevista realizada com o senhor Alonso dos Santos e Silva em 25/06/2018.

Associada a esta realidade temos alguns relatos que mostram esta ideologia, como se expressa um dos moradores mais antigos do quilombo que passou por situações de ameaças, por parte dessas empresas que querem se instalar aos redores da comunidade. Ao perguntar sobre o projeto da ferrovia paraense o senhor Raimundo Cardoso que é um dos moradores de Abacatal, diz que,

Ela vai passar aqui atrás. Ela vai passar tudo dentro do nosso terreno. Agora a rodovia da liberdade logo quando nós soubemos de um cara lá na SEMA ia passar aqui dentro, ela ia passar aqui, e aí a gente começou a reclamar e ele adiantaram 300 metros. Só que eles querem fechar essa rua pra gente sair pela alça viária, ela é uma rua que vai ser pago pedágio, adonde ela vai passar não pode entrar carro, aí nós estamos brigando pra não fechar a nossa estrada. Essa estrada aí tem mais de 100 anos. E nós tamos brigando pra isso.<sup>21</sup>

A gravidade desta via que cortará parte da comunidade quilombola preocupa a população que será em grande parte afetada por esta ferrovia, além da estrada da liberdade, entre outros. De acordo com seu Raimundo, diante dessa situação tão grave ele diz a seguinte frase: “vamos denunciar pra ONU, pras organizações internacionais, denunciar na ONU, denunciar o governo do Estado Federal. Essa coisa aí do lixão, eles pegaram muito dinheiro, essas empresas, pra comprar voto”<sup>22</sup>. Essa luta dentro do quilombo já acontece desde muito tempo, segundo ele, houve um momento em que foi ameaçado de morte, porém, ele assegura que não tem medo de morrer lutando pela comunidade.

Raimundo Cardoso tem 64 anos de idade e houve um momento em sua vida que ele pensou em desistir da luta. Porém, com a ajuda de suas filhas que atualmente assumem a coordenação da associação ele se sente forte para não desistir. Assegura que vai lutar até quando for possível, mesmo que o governo tente desapropriá-lo da terra, pois segundo ele a justiça sempre beneficia esses grandes projetos. Outro projeto que causa grande preocupação, é o linhão, que vem do sul do Pará cortando vários municípios, entre eles, Carajás, Parauapebas, Castanhal, entre outros.

Neste aspecto, a comunidade sequer é informada sobre esses grandes projetos. Como afirma Raimundo Cardoso,

Aqui a estrada é pro linhão, ele vem de Parauapebas pra cá, Carajás, vem pra cá daqui vai pra Castanhal e de Castanhal vai embora pro Nordeste. Vão acabar com tudo, eles não informam nada. É o gasoduto, linhão, a rodovia da liberdade e a ferrovia. Todos esses quatro já estão em andamento<sup>23</sup>.

21 Idem.

22 Entrevista realizada com o senhor Raimundo Cardoso realizada em 25/06/2018.

23 Idem.

Pensando nos impactos que ocasionará na vida do quilombo, a comunidade articulou algumas estratégias de sobrevivência, como a construção coletiva de um protocolo de consulta que tenta coibir o andamento desses projetos. Como destacamos anteriormente, o protocolo tem como principal finalidade a escuta da população que será em grande parte afetada, assegurando o direito a comunidade de ser consultada diante da implementação de projetos.

Tendo em vista este recurso tão importante para a vida da comunidade, várias reuniões foram realizadas com a objetividade de recorrer e garantir seus direitos. Para isso, a comunidade conta com o apoio da defensoria pública, do CEDENPA, Associação Malungo, FASE, UFPA, CPT, Cáritas Regional, CNBB Norte 2, Ministério Público Federal e Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), e outras organizações escolhidas pela comunidade que contribuirão tecnicamente e socialmente na luta.

A consulta será feita com todos os que residem no território, a saber: homens, mulheres, jovens, quilombolas, crianças, adolescentes, famílias, idosos, universitários, grupos com deficiência, grupos culturais, grupos religiosos, ribeirinhos do igarapé Uriboquinha e que estejam dentro do território tradicional, estes sendo devidamente informados através de reuniões. A comunidade, com o apoio das organizações que já foram citadas, fazem reuniões que discutem os principais problemas que ocasionará na vida da população, visto que, são projetos altamente prejudiciais para o quilombo. Alguns tentam resistir nessas discussões alimentando falsas promessas de que haverá oportunidade de trabalho como a geração de emprego. No entanto, as lideranças têm ciência de que isso são apenas promessas enganadoras.

Uma das lideranças da comunidade de Abacatal é Vívian Cardoso, filha do Sr. Raimundo Cardoso, que no momento é presidente da associação de moradores. Preocupada com a ferrovia e outros projetos ela promove diversas reuniões para conscientizar o povo sobre os impactos que ocasionará na vida das famílias que ali residem. Segundo ela<sup>24</sup>, não é fácil ter que lidar com essa realidade tão desumana, os moradores se “vendem” com falsas promessas de que a vida será bem melhor depois que os projetos começarem a ser executados. Ela acredita na força da coletividade e união conjunta da comunidade, assegurando todos os direitos que são constitucionais em relação a terra. Ainda de acordo com Vivian Cardoso, com a construção de condomínios nas proximidades do quilombo eles contribuem para a poluição do rio

24 Entrevista realizada com Vívian Cardoso em 25/06/2018.

Uriboquinha com o esgoto a céu aberto que corre em direção ao rio, bem como um cheiro horrível que é causado pela chuva.

Ainda sobre o projeto da ferrovia paraense, há uma nota no portal de notícias G1 Pará, de 29 de novembro de 2017, que cita como está sendo feito a discussão desse projeto:

O Governo do Estado do Pará firmou acordo com a China para aprofundar estudos sobre a construção da ferrovia paraense. A assinatura ocorreu na embaixada da China em Brasília, com a presença do governador Simão Jatene, do secretário de desenvolvimento econômico e mineração, Adnan Demachki, e do senador Flexa Ribeiro, além dos representantes de empresas e da embaixada da China no Brasil. A partir de agora, os chineses receberão documentos e projetos para promoverem os estudos e avaliação da participação na licitação que vai construir a ferrovia. Segundo o secretário Adnan Demachki, já existem nove empresas com compromissos firmados para o transporte de 27 milhões de toneladas de carga pela ferrovia paraense. Pelo projeto, a ferrovia paraense cortará o estado de sul a norte em 1.312 quilômetros, conectando-se com a ferrovia norte-sul. Com isso, vai percorrer 23 municípios e chegará até o porto de Barcarena. O custo do projeto é estimado em R\$ 14 bilhões, considerando investimentos na construção da ferrovia e entrepostos de carga. A capacidade de carga estimada é de até 170 milhões de toneladas por ano.<sup>25</sup>

Neste fragmento, percebe-se que o governo está apenas preocupado em firmar acordos com empresas internacionais, não levando em conta as populações tradicionais que serão atingidas. Esse fenômeno é resultado das políticas públicas implementadas por governos descompromissados com as classes menos favorecidas; um cenário político que vai da esfera municipal até o federal. A ferrovia como consta na execução do projeto cortará 23 municípios paraenses, muitas comunidades quilombolas terão que sair de suas terras, sofrendo todo tipo de represália em ter que deixar sua casa, seu território e parte de sua história. Por isso, vários documentos estão sendo elaborados por essas comunidades, como o protocolo de consulta, a fim de serem ouvidas, sobretudo, pelo governo.

Essas comunidades tradicionais, segundo informações do Fundo DEMA<sup>26</sup> foram surpreendidas com o avanço do processo da ferrovia na região nordeste do Pará. Preocupados com este projeto, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, camponeses, agroextrativistas vem se mobilizando e se articulando através de reuniões a partir do momento em que eles descobriram as datas de audiências públicas, para o licenciamento em alguns municípios. Esses empreendimentos vêm sendo articulado, e processado, pelo governo estadual em parcerias com empresas privadas. Indignados com tais propostas, as comunidades tradicionais pautam suas lutas com carta de repúdio contra o sistema que tira o direito de continuar no território.

São diversas comunidades que serão implementadas a ferrovia, por isso as reuniões se dão em torno das que serão atingidas, visto que, a luta, mobilização e

25 Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/>>. Acesso: 08/05/2018. A nota é de 29/11/2017, atualizada em 29/11/2017.

26 Acesso em 08/05/2018 do Site Fundo DEMA, postado em 08/08/2017.

articulação são direito de todos, com ajuda da defensoria pública que vem dando suporte a essas comunidades. O que mais nos intriga é a falta de respeito com a população que será diretamente afetada, pois como sabemos a comunidade não está sendo consultada, isso significa que o Estado pouco se importa com a problematização que esse projeto ocasionará na vida desses moradores.

De acordo com a defensoria pública na pessoa de JohnyGiffoni, as audiências já foram marcadas e divulgadas no Diário Oficial do Estado, servindo para dar publicidade ao processo de licitação. O mesmo questiona sobre a falta de informação e consulta prévia que não foi realizada, bem como o estágio avançado do procedimento licitatório, uma vez que as comunidades deveriam por direito serem ouvidas, pois segundo ele “como e quando tem que ser feita a Consulta Pública é a comunidade”<sup>27</sup>.

Outra preocupação é que por trás desses grandes projetos existe um interesse econômico muito forte, pois com a construção da Ferrovia será transportado 170 milhões de toneladas de minerais para o mercado interno e externo, com esta via de escoação o Estado pretende levar a produção mineral atendendo os mercados da China, Japão, Estados Unidos e Europa, ainda de acordo com as informações do Fundo Dema,

São projetados 1.312 km a partir de dois trechos, os quais atravessarão 23 municípios. Trata-se do trecho Sul, que liga Santana do Araguaia a Morada Nova, em Marabá, e o trecho Norte, que liga Morada Nova a Barcarena, no Porto de Vila do Conde. Na altura de Rondon do Pará haverá uma ligação entre a Ferrovia Paraense e a Estrada de Ferro Carajás, beneficiando ainda mais o empreendimento da Vale<sup>28</sup>.

Os estudos que ora são feitos pelo governo estadual desconsideram as comunidades tradicionais, como ribeirinhos, quilombolas, indígenas, entre outros, tudo em nome do “progresso”. Este alega que nenhuma comunidade será diretamente atingida, porém, pelas informações que sabemos mais de 770 propriedades já foram mapeadas, tirando essas famílias de seus territórios para serem remanejadas. Ainda de acordo com o defensor público “eles fizeram um estudo analisando os impactos diretos e indiretos. Mas não há impactos indiretos, porque todas as consequências são impactos diretos”, pontua o defensor público<sup>29</sup>.

Esses e outros problemas estão sendo levantados pela comunidade Abacatal, dessa forma há de convir que os problemas futuros são os mais desastrosos possíveis, pois coloca em risco a vida e a sobrevivência da comunidade. Os moradores já sentem os impactos desses projetos que afetará a vida do quilombo. Alguns em torno da

27 Idem.

28 Acesso em 08/05/2018, do Site Fundo DEMA, postado em 08/08/2017.

29 Idem.

comunidade já estão em execução como o linhão. Ao chegar próximo ao povoado, nota-se a presença de máquinas fazendo derrubadas na floresta para abrir estradas. Com isso, aumenta o número de vias de acesso para a violência. De acordo com o Alonso dos Santos, até algum tempo atrás, a comunidade vivia em “paz”, hoje a situação mudou de forma assustadoramente, pois com a abertura dessas estradas muitas pessoas têm acesso ao quilombo.<sup>30</sup>

Os impactos são bem maiores como apresenta a Defensoria Público através de dados expressivos. Os estudos nos revelam o quanto às comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas serão afetados. Estes projetos desconsideram essas comunidades tradicionais, favorecendo grandes empresas nacionais e internacionais. Dado essa realidade tão complexa, Abacatal já realizou várias reuniões para discutirem algumas estratégias de combate a esses grandes projetos, conseguindo articular e projetar o protocolo de consulta que defende os direitos dos atingidos, bem como escuta a comunidade, uma vez que é um direito garantido por lei.

Mesmo tendo apoio das organizações não governamentais e da esfera Estadual, a comunidade também busca unir suas forças com os membros da associação de Abacatal AMPQUA. A luta não será fácil, pois entre a população existem divergências quanto a execução desses projetos, pois para alguns significa melhoria de vida, acreditando em geração de emprego, mas para a maioria será um grande retrocesso na história do quilombo, gerando desemprego, perda de identidade e violência.

Essas e outras preocupações, é que me motivou a contar essa história de resistência do povo quilombola, acreditando que é possível continuar sonhando e lutando, mesmo em meio a tantas incertezas e sonhos não realizados.

30 Entrevista realizada com o senhor Alonso dos Santos e Silva em 25/06/2018.

**Figura 5** - Comunidade reunida para formação política.



**Fonte** - Arquivo pessoal da autora, 2017

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao trazer as discussões que norteiam este trabalho, procurei enfatizar temas bastante relevante e atuais, presente na sociedade brasileira, sobretudo no que está relacionado aos problemas que giram em torno das comunidades remanescentes de quilombos, como Abacatal. O mesmo encontra-se num emaranhado de situações conflitivas, gerados por grandes empresas que tentam tirá-los de seus territórios. Convém lembrar que, essas comunidades, já foram alvo de grandes empreendimentos, que não favorecessem suas populações, mas que os obrigam a sair de suas terras para abertura de estradas, ferrovia, etc.

O estudo permitiu compreender esse fenômeno tão presente na comunidade, que são os impactos gerados por empresas que se instalaram aos arredores do quilombo, extraíndo de suas terras recursos naturais como bem maior de sobrevivência para a população vindoura. No primeiro momento, procurei elucidar a história da comunidade de Abacatal e como a mesma vem enfrentando projetos que vem se instalando no seu entorno. A luta é intensa por parte do quilombo e a resistência é vista de diversas formas, advindas da organização da associação quilombola juntamente com parceiros de

instituições públicas e movimentos que comungam com a causa por direitos assegurados.

A comunidade desde sua permanência na terra sofre impactos sociais e ambientais, recorrente de diversos fatores. Inicialmente tem a presença de empresas como a Pirreli que tenta extrair da comunidade recursos ambientais. Mas recente a abertura da alça viária ligando vários municípios a capital. Por fim, o gasoduto, a estrada da liberdade e a que mais preocupa no momento a ferrovia paraense, que ligará o sul do Pará a Barcarena, cortando 23 municípios. É interessante notar que entre esses municípios existem muitas comunidades quilombolas que certamente serão impactadas com essa ferrovia.

A luta quilombola em questão é pelo reconhecimento dos direitos do povo quilombola; desta forma, foi elaborado um protocolo de consulta visando a escuta da comunidade. Neste aspecto, diversas reuniões foram realizadas objetivando a escuta e o direito dos povos tradicionais. Há de reconhecer que Abacatal tem uma história bem peculiar no que se refere a luta pela terra. Em outros momentos, muitos moradores sofreram represálias por não querer deixar seu território. Alguns foram ameaçados e outros continuam até hoje lutando pela conquista de seus direitos.

Neste sentido, minha intenção foi trazer elementos elucidativos que mostrem a importância da comunidade quanto a luta e a resistência frente aos projetos que são causas de grandes conflitos sociais junto a população que ocupa a terra a mais de três séculos. Nesse sentido, recorri a fontes documentais bem como autores que apresentam esta problemática, quanto os impactos vividos pela comunidade. Reconheço que este trabalho não se esgota, pois a luta está apenas começando para mais de 100 famílias que habitam nas terras de Abacatal. Entendo, também, que os desafios que a comunidade terá que enfrentar com este novo projeto que é a ferrovia paraense, ocasionará na vida desses sujeitos a exclusão e perdas de direito.

## REFERÊNCIAS

BERKENBROCK, Volney José. **A experiência dos Orixás**: um estudo sobre a experiência religiosa no candomblé. Petrópolis: Vozes, 1997.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Quilombolas de Alcântara**: territórios e conflitos – Intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional. Alcântara Cyclone Space/Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

FRANKLIN, Ricardo Ferreira. **Afro-descendentes**: Identidade em construção. Rio de Janeiro/São Paulo: Pallas. 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PARÁ. Instituto de Terras do Pará. **Territórios Quilombolas**. Jane Aparecida Marques e Maria Ataíde Malcher (Orgs). Belém: ITERPA, 2009.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo, CASTRO, Edna Maria Ramos. **No caminho de Pedras de Abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA/UFGPA, 2. ed. 2004.

MALCHER, Maria Albenize Farias (2006). **A geografia da territorialidade quilombola na Microrregião de Tomá-açú**: o caso da ARQUINEC- Associação das comunidades remanescentes de quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará. Belém: CEFET (Trabalho de conclusão de curso).

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de quilombo**: Caminhos e entraves do processo de titulação/ Girolamo Treccani Domenico – Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.

[www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/2339](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/2339).

[www.sedeme.com.br/portal/institucional](http://www.sedeme.com.br/portal/institucional).